



PORTO DE S. MALÓ.

A CIDADE de S. Maló está edificada na ilha d'Aron, a qual pega com o continente mediante uma calçada, que as aguas do mar banham duas vezes ao dia, e que, apesar de ser solidamente construída e fortificada com obras externas, e grossa estacaria cravada na praia, para quebrar a violencia das ondas, tem sido por vezes consideravelmente arruinada, e a cada passo está necessitando de reparos. O porto é amplo, seguro e commodo, porem d'acesso difficil, por causa de numerosos arrecifes que lhe guarnecem a entrada; jaz ao cabo d'um golpho estreito, por onde entram as vagas arrebatadamente; e nas marés maiores sobem as aguas a 45 pés acima do nivel do mar. Podem entrar nelle os navios de grande porte se forem de tal construcção que possam encalhar na arêa, por em muitas vasantes ficarem em secco. Para o oeste de S. Maló está a enseada, defendida por sete fortes, sendo o mais notavel *la Conchée*, obra do celebre Vauban, que tambem deu o risco para as muralhas da cidade, que são de extrema fortaleza e de muita elegancia pelo que respeita á architectura militar: este engenheiro queria fazer de S. Maló uma cidadella inexpugnavel e transportar todas as lojas, armazens e habitações para S.^t Servan, cidade que fica a pouca distancia da primeira para o sul, e della separada pelo porto. Bem conhecidas são estas duas terras por muitos dos emigrados portuguezes, que arrojados da patria pela perseguição e maus principios do governo intruso, alli temporariamente residiram.

As muralhas de S. Maló, guarnecidas de torres e bastiões, e de muita e boa artilheria, foram levantadas sobre rocha firme; ha nellas um vasto passeio, donde se gosa magnifica vista: descobre-se d'um lado o campo, S.^t Servan e o porto, do outro a enseada, e para o norte os fortes mais distantes e grande extensão de mar. Nas fortificações entra o castello, que, posto que fosse mui antigo, mereceu que o

conservassem no moderno plano: a rainha Anna o mandára levantar.

A historia desta cidade appresenta durante dez seculos o spectaculo da povoação a lutar de continuo com os duques da Bretanha e os reis de França. Querem dizer que a antiga cidade de Aletum, do tempo dos romanos, dera os primeiros habitantes a S. Maló: é certo porem que alguns bretões expulsos da terra-firme pelas invasões dos normandos, procuraram, como os lombardos na Italia, asylos em rochedos e fragas alpestres. Pertendiam viver livres, e para manter a sua isenção viram-se reduzidos a buscar no mar e na sua industria e vigilancia os meios de subsistencia e os privilegios da liberdade: armados sempre para se defenderem, quer pelo lado do oceano quer pela parte da terra, contrahiram os novos povoadores habitos de constancia nos trabalhos e de ousadia nos perigos, que os habilitaram para empresas arriscadas e navegações longinquas. Quando em 1477 o conde de Richemont, fugindo aos principes da casa de York, então reis d'Inglaterra, veio refugiar-se na Bretanha, escolheu para asylo S. Maló; o monarcha inglez sob o especioso pretexto de lhe dar uma filha em casamento quiz tira-lo daquelle abrigo; porem o conde por conselhos prudentes não largou a cidade, e o enviado britannico debalde o reclamou por varias vezes; porque os habitantes sempre responderam que o asylo de S. Maló era inviolavel, e que ninguem seria dalli arrebatado por força.

Os moradores deste porto são valentes e bons marinheiros, e como taes tem prestado grandes serviços ao estado: n'outro tempo commerciarão muito para o Mar do Sul, e adquiriram alguns negociantes immensas riquezas, que antes de se espalharem á terra patria aquelle character de opulencia que ainda se lhe nota. No tempo de Luiz 14.^o chegou este porto ao auge do seu esplendor; e foi o

berço da companhia das Indias. Os armadores de navios de S. Maló aparelham para o Oriente e colonias francezas, porem o forte dos equipamentos é para a pesca do bacalhau na Terra-Nova. As duas cidades de S. Maló e S.^t Servan expedem para esta pescaria annualmente de oitenta a cem navios de varias lotações, tripulados por marujos exercitados, que em toda a parte são bem acceitos. A primeira, entre outros estabelecimentos, conta uma eschola superior, a de navegação, a de desenho, a sociedade d'agricultura, e um arsenal de marinha.

MARANHÃO.

(Concluido de pag. 228.)

V.

A que rio, ou territorio compete propriamente o nome de Maranhão?

Ao PRINCIPIO este nome de *Maranhão* foi dado ao grande rio das Amazonas, mas em breve os portuguezes, em rasão do encontro, que Francisco de Orellhana teve quando navegando por elle foi accommettido das margens por um pequeno esquadrão de mulheres, que com arcos e frechas lhe picaram a marcha, trocaram aquelle primeiro nome por este das *Amazonas*, alludindo assim ao que se conta das antigas Amazonas da Asia. Tambem lhe deram o nome de *Grão-Pará*, ainda hoje usado, o qual na linguagem indigena tanto vale como *mar-grande*. Todavia os castelhanos, e os demais geographos e viajantes estrangeiros ficaram sempre chamando, e ainda hoje chamam ao *rio das Amazonas* *rio Maranhão*: no que deve haver muita advertencia ao lêr as obras desses auctores. — Entre os portuguezes porem foi o nome de *Maranhão* transferido do Amazonas para designar a grande enseada, que desemboca no mar as aguas dos rios Pinaré, Meary, Itapicurú, Moni, &c., e igualmente a ilha, situada no meio desta grande enseada, e na qual está fundada a cidade de S. Luiz. — Com tudo alguns AA. portuguezes parece quererem applicar o nome de *Maranhão* ao *rio Meary*, o mais caudal e possanté de quantos pagam o tributo de suas aguas áquella enseada. Entre estes AA. distinguem-se principalmente Teixeira e Casal [citados pelo Sr. F. A. de Varnhagen nas suas eruditas *Reflexões Criticas* á obra de Gabriel Soares], e o P.^o Simão de Vasconcellos na *Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*, a pag. 23. — Ha porem outros escriptores que se não conformam com uma tal transferencia de nome. O allegado P.^o Tavares, para quem o paiz era tão familiar, escreve na Carta sobredita = “Dizerem os chronistas que ha aqui um rio, que se chama *Maranhão*, do qual tomou a denominação todo o Estado, é para mim consideração pia, que elles fizeram. E senão digam-me onde está esse rio?” = Haja pois toda a cautella ao lêr os chronistas e viajantes portuguezes, quando nelles se encontrar o nome de *Maranhão*, para se saber bem qual é a applicação que d'elle fazem.

Mas como e quando é que os portuguezes fizeram a trasladação do nome de *Maranhão*, para designar a cidade, ilha, e enseada, que hoje o conservam, e das quaes se estendeu a toda a provincia e Estado? Responderemos reproduzindo as conjecturas, que achámos nos AA., que temos por mais competentes juizes. — Nos citados fragmentos do *Maranhão Conquistado*, escriptos pelos annos de 1750 e tantos, re-

fere-se o A. á antiga tradição, que ensinava fôra isto na occasião, que alli se perdeu e naufragou Ayres da Cunha, um dos dôze primeiros donatarios de toda a costa do Brasil. = “Procurava este fidalgo [diz o A.] com os seus adherentes o *rio Maranhão*, nome porque então se conhecia melhor o rio das *Amazonas*, e naufragou na ilha do Maranhão, para onde entrou pela boca de um rio largo de cinco leguas desde a ponta do Pereá até a de Itaculimim: de que succedeu darem áquelle logar o nome de *Maranhão*, ou já enganados e persuadidos que aquelle era o *rio Maranhão*, ou já querendo ennobrecer a sua infelicidade espalhando o seu naufragio como acontecido na boca do *rio Amazonas*, conhecido então pelo *rio Maranhão*. E deste accidente ficou até hoje o nome *Maranhão* affixo á cidade e ilha do Maranhão.” = O P.^o José de Moraes, jesuita, que depois da extincção da Companhia se chamou José Xavier de Moraes da Fonseca Pinto, na sua *Historia* [ms.] *da Companhia de Jesus do Maranhão e Pará*, composta em 1759, pag. 693, parece-lhe que esta transferencia de nome foi em rasão da semelhança que aos navegantes lhes parecia haver entre esta enseada do *Maranhão* e a do *Grão-Pará* ou *rio das Amazonas*, por desembocarem por ella outros quatro grandes rios como na enseada do *Grão-Pará*. Mas para se tirar esta commum equivocação [concluiremos nós tambem com o mesmo P.^o Moraes] fique a cidade do *Grão-Pará* com o seu *rio das Amazonas*, e a cidade de S. Luiz com o seu antigo *Maranhão*.

VI.

Etymologia de Maranhão.

“São varios [diz o A. dos fragmentos já citados] os juizos dos AA. sobre a etymologia deste nome *Maranhão*. O P.^o Manuel Rodrigues no seu livro *Marañon y Amazonas* diz que a deducção do nome *Maranhão* vem das *maranhas* e traições de Lopo de Aguirre contra o capitão Pedro de Ursúa. Esta deducção é menos averiguada, porque antes de Lopo de Aguirre intentar as ditas *maranhas* contra Pedro de Ursúa, que foi no anno de 1560, já o *rio das Amazonas* tinha o nome de *Maranhão*, e com elle o nomeia Antonio Galvão no livro *Descubrimentos do Mundo* em 1499. — Outra deducção do mesmo nome traz o dito P.^o Manuel Rodrigues, tirada da Harmonia das Vozes, dizendo que os primeiros descobridores da boca do *rio Maranhão*, admirados de verem aguas doces no mar largo, por onde se diz que o dito rio as conserva doces por distancia de 30 leguas, perguntavam uns aos outros se aquellas aguas eram do mar, e que respondiam outros que não eram do mar por serem doces; e que alguns fariam as ditas perguntas em latim *mari?* e lhes responderiam outros na mesma lingua *non*; de que póde ser resultasse depois o unir-se *mari* com o *non*, e ficar com leve corrupção do vocabulo *Maranhon* na lingua castelhana, e na portugueza *Maranhão*. — Finalmente outros dizem que o nome *Maranhão* posto ao *rio das Amazonas*, e depois trasladado a todo o Estado, procede de que o primeiro descobridor deste monarcha dos rios pelas suas cabeceiras e origem tinha o appellido de fulano *Maranhão*, e que o daria ao rio para nelle celebrar o seu nome. Esta ultima deducção é a que parece mais verdadeira, e por tal a teem Simão Estacio da Silveira na sua *Relação do Maranhão*, e Fr. Christovam de Lisboa na sua *Historia Natural do Maranhão*, que deixou manuscrita.” = aos quaes nós podemos acrescentar o P.^o Moraes no mesmo logar já citado.

Para servir de contrapeso ás ineptias de algumas destas pertendidas etymologias, acrescentaremos outra opinião, que se não fôr a verdadeira, terá ao menos o merito de ser fundada em ineditas indagações sobre a lingua brasílica. — O P.^o João Tavares, já tantas vezes citado, não escreve na sua Carta *Maranhão*, mas sim *Maranhay*, do que dá a seguinte satisfação. — “Terá V. R. reparado na orthographia, com que escrevo a palavra *Maranhay* contra o commum. Foi de industria, por dar gôsto a V. R., que como tão perito na lingua brasílica, folgará lhe diga o que por mim tenho alcançado acerca da etymologia desta palavra *Maranhão*: ponto em que tenho ouvido altercar por boca e por escriptos antigos; e sobre nunca assentarem em nada de quanto disseram, nada tem fundamento no meu fraco entender. Vejam-se os antigos manuscritos da missão. O P.^o Bartholomeu Leão, da provincia do Brasil, reformador do Cathecismo da lingua brasílica, me recommendou muito quando vim para o *Maranhay* que se me avistasse com o P.^o Ascenso Gago, o mais perito que por então reconheciamos neste idioma brasílico, soubesse del-le o que sentia neste ponto. Ambos morreram ignorantes do que aqui quero dizer, e nunca o disseram sem ter visto com os meus olhos as pororocas do *Maranhay*. Pelo que digo que a palavra *Maranhay* se compõe de dois verbos e de um substantivo. Os verbos são *Maramonhângá*, que significa *brigar*; e *anham*, que significa *correr* [até aqui atinava o dito P.^o Bartholomeu Leão]; e o substantivo é a palavra *ou litr*, que significa *agua*, e anda tirada da palavra *Maranhão* por corrupção da palavra: assim como estão infinitos nomes da lingua brasílica corruptos pela pronuncia dos portuguezes. Nesta palavra não podia atinar o P.^o Leão sem vêr ou lhe dizerem o que passa pelo *Maranhay*. Deram os naturaes este principal nome a esta terra do que nella mais principalmente avultava, que são as *pororocas*, cujo aspecto é uma briga das aguas correndo. Tudo isto diz a palavra *Maranhay*, *agua que corre brigando*. Perguntar-me-hão pois porque não se chama o *Maranhay* *Pororoca*: respondo que *pororoca* é palavra que explica o que se ouve: parece-me que se compõe da palavra *opoé*, que significa *rebentar de estouro*, como o ovo quando rebenta, e da palavra *cororon*, que significa *roncar continuamente*, como o mar: ou é palavra simples, feita frequentativa, tirada sempre do verbo *opoé*. De qualquer sorte que tomem a palavra *pororoca*, sempre significa *estourar* ou *estalar*, donde do que se ouve se chama aquella infernal furia das aguas *pororoca*; e do que se vê se chama todo este Estado *Maranhay*.”

J. H. da C. R.

MARINHA PORTUGUEZA.

3.^o

Durante a usurpação dos Philippes.

Com o fatal desastre da usurpação de Portugal por Philippe 2.^o rei d’Hespanha, e sua continuação no reinado de seus successores desapareceu de todo a marinha portugueza, que até então sempre tinha apparecido com gloria em todos os mares conhecidos. Não seremos exaggerados transcrevendo o que diz um erudito hespanhol, Thomé Cano, que escreveu em 1611, e navegou por espaço de 54 annos, fallando das forças da marinha portugueza. — Em Portugal, refere este illustre escriptor, sempre houve mais

de 400 navios d’alto bordo, e mais de 1500 caravelas e caravelões; e por isso pôde elrei D. Sebastião reunir 330 embarcações, todas portuguezas, com que passou á Africa, sem deixar abandonadas as navegações da India, S. Thomé, Cabo-Verde, Brasil, Terra-Nova, e d’outras diversas partes, acrescentando que na epocha em que elle escrevia só havia neste reino algumas caravelas. [Prologo do Resumo Historico da primeira viagem ao redor do mundo pelo Dr. Ortega. — Madrid. — 1769]. Na armada que Philippe 2.^o mandou aos Açores, composta de 33 grandes navios de guerra, commandada pelo Marquez de Santa-Cruz, contra a franceza que vinha em auxilio do prior do Crato, D. Antonio, apenas entravam 7 galeões portuguezes dos maiores.

Vendo-nos abandonados começaram os estrangeiros a formar projectos para lançar mão de nossas vastissimas possessões. A primeira viagem dos inglezes á India parece que foi em 1591; e depois os hollandezes fizeram a primeira expedição em 1595. O esmorecimento do espirito público e do commercio fez recuar em Portugal os conhecimentos das artes nauticas, e perder toda a disciplina. Os nossos esforços na conservação e defeza do que alli possuíamos foram de gigantes; deixados porem ás minguadas forças maritimas e terrestres que só possuíamos no paiz, tivemos de succumbir á poderosa liga de todos os principes do oriente auxiliados e sustentados pelos inglezes e hollandezes.

Contratou o governo hespanhol a navegação da India com o fabrico e construcção das naus da carreira. No reinado do primeiro Philippe ainda sahiram de Lisboa para a India 37 naus, uma naveta e uma caravela, das quaes arribaram 9 naus, e seguiram viagem as demais. Perderam-se na ida quatro naus, d’uma das quaes se salvou a guarnição e parte d’outra: os inglezes tomaram a naveta. Na torna viagem perderam-se 23 naus sendo onze com toda a gente e carga: os inglezes tomaram ou queimaram cinco, escapando d’uma destas apenas 13 pessoas. Foram por tanto perdidas 37 e uma naveta, o que causou a Portugal a perda de trinta e cinco milhões de cruzados!!!

No reinado do segundo Philippe sahiram de Lisboa para a India 124 naus ou galeões, 13 urcas, 7 pataxos e 6 caravelas, das quaes naufragaram á ida 10 naus, duas urcas e um pataxo, na torna viagem 9 naus e duas urcas. Foram tomadas ou queimadas pelos inimigos á ida 5 naus e uma urca, e na vinda duas naus, ao todo 32 vasos, cuja perda foi computada em não menos de vinte e cinco milhões de cruzados!!

Em os 19 annos que durou o reinado do terceiro Philippe foram mandadas de Lisboa para a India 41 naus, 4 urcas, 20 galeões e 8 pataxos; arribaram 9 naus e um pataxo; perderam-se á ida 9 naus, e á vinda 7 e um pataxo, ás quaes perdas se deu valor de quinze milhões de cruzados.

Vimos por tanto a perder nos 60 annos da usurpação 37 embarcações das 312 que foram mandadas para as partes do oriente, computando-se o valor da perda em mais de 75 milhões de cruzados; perda enorme, que só poderia ser suportada por uma nação que como a portugueza nadava em riquezas!!!

Com perdas tão consideraveis deixámos de reunir nos mares da India as formidaveis forças maritimas que alli nos fizeram respeitar, ao passo que os hollandezes no curto espaço de 9 annos, desde 1598 até 1607 mandaram ao oriente para serem empregados contra os portuguezes 113 navios, numero muito superior ao que o governo do reino alli fez passar para defender tão importantes possessões. Assim mesmo

disputámos palmo a palmo a terra que com tanto custo tínhamos conquistado. Os vice-reis e governadores acudiam, como lhes era possível, a tão poderosos inimigos, que eram sobremaneira favorecidos pelos naturaes do Paiz.

No anno de 1583 mandou o vice-rei D. Francisco Mascarenhas varias armadas para diversas partes. No de 1585 expediu o vice-rei D. Duarte de Menezes outra para o estreito de Méca composta de 4 galés, dois galeões, e 20 navios d'outras denominações. Com uma armada de 3 galeões, duas galés, 4 galeotas e 7 fustas mandou elle em 1587 a D. Paulo de Lima em soccorro de Maláca. Em 1594 limpa André Furtado de Mendonça a costa de corsarios com uma armada de 18 velas. Ainda em 1597 manda o vice-rei D. Francisco da Gama uma armada de 14 velas para Maláca, outra de 10 para as fortalezas do norte, e outra de 4 galés para o Malabar. Depois desta epocha começaram a engrossar as forças dos holandezes, e as nossas a diminuir progressivamente. A noticia de que estes nossos inimigos e os inglezes infestavam o estreito persico despertou por um pouco a indolencia do governo, e fez sahir de Lisboa uma pequena armada de dois galeões e tres urcas com dois mil homens de guarnição, commandada por Ruy Freire d'Andrade, a fim de limpar aquelles mares, e segurar o nosso commercio fazendo uma fortaleza na ilha de Queixome.

No Brasil não diminuíram menos as forças navaes portuguezas, e por isso se aventuraram os inimigos do governo d'Hispanha a aproveitar-se do abandono em que elle deixava as possessões dos portuguezes nesta parte do mundo, para a qual lançaram os olhos com avidéz; e conseguiram os holandezes apoderar-se dos mais importantes portos. Logo que em Madrid se veio a saber da tomada da Bahia escreveu elrei aos governadores do reino em Lisboa, e a varios fidalgos da primeira grandeza, para que apromptassem algumas embarcações e tropas para a reconquistarem; estas cartas exaltaram os animos e o brio nacional, e todos concorreram de boa vontade com suas pessoas e dinheiro para se equipar uma armada de 17 embarcações, das quaes só eram da corôa dois galeões, duas naus, tres urcas e dois navios: acompanhavam a armada mais 4 caravelas, e outras 4 embarcações com víveres e bagagens; e foi nomeado general D. Manuel de Menezes, com o qual embarcaram 2260 soldados d'infanteria afóra officiaes aventureiros, que só nesta classe passavam de 200; artilheiros e marinheiros contavam-se 1298, sendo toda a guarnição composta de perto de quatro mil homens com 303 canhões. Importou toda a despeza em 472 mil cruzados com que tudo foi pago a dinheiro á vista. Sahiu a armada de Lisboa a 24 de Novembro de 1624 com destino de ir esperar nas ilhas de Cabo-Verde a de Hispanha, que se apromptava em Cadiz, levando por general em chefe das forças maritimas e terrestres da expedição a D. Fradique de Toledo Ozorio, marquez de Villa-Nova de Valduesa, capitão-general da armada do mar oceano. Constava a armada de Hispanha de 21 navios de guerra, 7 fretados e armados, e 7 transportes com 5232 soldados d'infanteria, 1878 artilheiros e marinheiros afóra officiaes e aventureiros, com 642 peças de artilheria. Encontraram-se ambas na ilha de S. Thiago de Cabo-Verde em 6 de Fevereiro de 1625, e partindo dalli a 11 foram avistar a Bahia a 29 de Março, tomaram terra a 31, e vieram a entrar na cidade por capitulação a 30 d'Abril.

Costumavam em Hispanha dividir a marinha em esquadras, tomando cada uma o nome do reino ou provincia que corria com as despezas do seu coſtea-

mento; cada uma tinha seu general e almirante subordinado ao general em chefe da marinha, que se intitulava capitão-general do mar oceano; mas os navios portuguezes raras vezes se formavam em corpo de esquadra; e até o anno de 1616 não se haviam regulado as precedencias entre aquellas diferentes esquadras e a de Portugal, nem entre esta e a de Castella, que era a mais privilegiada, e commandada pelo capitão-general.

A esquadra de Portugal, que se uniu á denominada *armada invencivel* de Philippe 2.^o constava de 10 galeões e duas zabras, do porte de 7:059 toneladas e 3286 soldados e 1172 marinheiros, com 384 peças d'artilheria. Em o numero d'aquelles entrava o galeão S. Martinho de mil toneladas, no qual ia embarcado o duque de Medina-Sidonia, capitão-general de toda a armada, que constava de 10 esquadras, as quaes todas se reuniram no porto de Lisboa, e bem assim mais 4 galés com 306 soldados, 306 marinheiros, 1100 forçados e 20 peças. Compunha-se toda a armada de 146 velas, não contando as faluas, com 2400 peças d'artilheria, 1500 das quaes eram de bronze: *Hume dá-lhe* 130 navios, em que entravam 100 galeões grandes, e Antonio de Couto de Castello-branco eleva a sua força a 152 navios e 12 faluas. Sahiu ella de Lisboa a 27 de Maio de 1588; e não é nosso intento fazer a descripção dos seus successos.

Foi esta grande armada preparada quasi toda em Lisboa com munições e dinheiro de Portugal, assim como varias esquadras, que quasi sempre estavam estacionadas no mesmo ponto, onde se proviam de tudo á custa do paiz, sem exceptuar artilheria e munições de guerra. A ellas se uniam d'ordinario alguns navios portuguezes, e ás vezes andavam estes de guarda-costa para proteger as embarcações que iam e vinham da India, Brasil e possessões africanas contra os inimigos que continuavam a infestar os mares da Europa até a altura dos Açores. Os holandezes eram os que mais forças empregavam contra as nossas possessões e commercio, mormente depois da infeliz tregua que elrei d'Hispanha concluiu com os Estados Geraes em 1610, na qual exceptuou os dominios da monarchia situados ao sul da equinoccial, permittindo que nelles cruzassem vasos de guerra holandezes. Os seus navios eram mais bem construidos e aparelhados do que os portuguezes, mais razos e ligeiros, melhores de bolina, e com mais panno. Em 1633 ainda os navios portuguezes não tinham mastarés de joanete, nem velas de estais; os holandezes tinham artilheria de maior calibre, e servida por mais habeis artilheiros; as suas equipagens compunham-se d'excellentes marinheiros; evitavam porem sempre as abordagens, temendo o espirito guerreiro e a pericia no jôgo das armas em que sobressahiam os portuguezes, os quaes jámais foram vencidos nestes combates parciaes, quando as forças de seus inimigos não tinham grande superioridade.

O ultimo garrote que levou a marinha portugueza nesta epocha foi a perda da armada de 5 formosos galeões e uma urca, que sahiu de Lisboa em Setembro de 1636, commandada por D. Manuel de Menezes, a esperar as naus da India e a frota do Brasil, que ordinariamente chegavam á altura de Lisboa no fim desse mez. Tinham entrado na Corunha duas naus ricamente carregadas, e alli as foi buscar a armada; mas sahindo com ellas foi accommettida de tão forte temporal nos principios de Janeiro seguinte, que todos os vasos nanfragaram nas costas de França, á excepção do galeão S. Thiago que conseguiu tomar o porto de Gueraria na Biscaia, onde foi promptamente soccorrido pelos moradores,

e voltando depois a Lisboa combateu na barra com quatro navios holandezes, de que escapou. Foi esta a maior perda que Portugal soffreu depois do desastroso acontecimento d'elrei D. Sebastião, pois alem das duas naus que vinham da India importando em mais de tres milhoes de cruzados, perdemos cinco grandes navios de guerra, e mais de dois mil homens, a flor da marinha portugueza, e 300 peças d'artilharia.



RETRATO DE KANT.

KANT, o reformador ou para melhor dizer o creador da philosophia moderna, nasceu em Kœnigsberg a 22 d'Abril de 1724; era seu pai um selleiro, e provavelmente teria de seguir a profissõo paterna, mas o Dr. Schulze, que descobriu e avaliou as faculdades intellectuaes do filho do artifice, mettu-o no collegio, que dirigia, em 1732. Tinha Kant apenas oito annos e já manifestava um espirito reflexivo, recto juizo, e grande e nobre sensibilidade. Verdade é que sua mãi [que perdeu na idade de treze annos, e cuja falta chorou toda a vida] o doutrinou com os purissimos principios da religião e da moral, gravando-lh'os no coração novigo tão profundamente que nunca desmentiu delles um ápice.

No collegio travou Kant amizade com Runken, que veio a ser depois um dos professores mais celebres em Leyde. O maior regalo dos dois amigos era a leitura dos classicos: Runken, que era o mais abastado, comprava os livros. Andavam á porfia a quem descobriria maior numero de bellezas nos antigos escriptores, a quem mais depressa aprenderia as passagens que nas obras delles mais os contentavam; e nesta lucta do engenho vinculava-se cada vez mais a amizade dos dois condiscipulos.

Ao contar dezeseis annos entrou Kant para a universidade, onde logo grangeou a estimação dos professores, que em breve se converteu em mui terna afeição. Knuzen, professor de philosophia e mathematicas, emprestou-lhe o livro dos *Principios* de Newton; e o alumno pouco depois publicou uma *theoria da electricidade*, na qual confessou que achára muito que aprender o lente de physica, Teste.

Ao mesmo tempo, por seu bom coração, era Kant acceitissimo a todos os seus condiscipulos. Tinha adoecido um estudante pobre, e Kant cerceou a despeza da propria comida, que era já muito modesta, para acudir ás necessidades do seu amigo; não lhe desamparava a cabeceira da cama enquanto podia; e escrevia para os pais e parentes do enfermo cartas de consolação e de esperanza.

Tinha 21 annos quando sahiu da universidade, só e sem auxilio, a braços com a indigencia, que todavia não pôde abate-lo: não querendo mendigar alheios soccorros, forcejou por alcançar com que subsistir pelo proprio trabalho; e começou dando lições particulares. Entrou como mestre na casa do conde de Hüllesen, a duas milhas de Kœnigsberg, onde socegradamente pôde dedicar-se a serios estudos. Passados nove annos voltou á cidade e deu á luz o opusculo, que fez grande impressão no mundo litterario, intitulado *Historia natural do ceu ou mechanica celeste*.

No entanto, cada vez mais ia experimentando a necessidade de alcançar uma subsistencia menos precaria, uma condição social permanente. Pediu por isso uma cadeira de professor de latim em Kœnigsberg; mas não obstante o profundo conhecimento que possuia dos classicos latinos e a celebridade de que já a esse tempo gozava, foi preterido por um homem obscuro: semelhante injustiça um tanto o desanimou, mas em breve recobrou toda a energia moral de que era dotado. Preparou-se para fazer exame para ganhar uma cadeira de philosophia; e o seu amigo Richter lhe pagou as despezas necessarias. Versou a these que escolheu sobre os primeiros principios de metaphysica, era repleta de ideas novas e originaes, e grangeou tamanhos applausos que o candidato foi recebido por aclamação geral dos ouvintes. Em 1766 o nomearam sub-bibliothecario da livraria do castello de Kœnigsberg; por pouco tempo porem occupou este cargo, porque se desgostou de ver que a bibliotheca só era frequentada pela chusma ociosa e insupportavel dos curiosos.

Kant era de constituição mui debil; mas pelo seu regular modo de vida conservou sempre boa saude: gostava de estudar as diversas funcções de suas faculdades, e compoz para uso proprio uns principios de hygiene, que ao depois produziram o seu admiravel tratado da *Anthropologia*. N'um corpo tão debil morava uma alma energica: profundidade, vigor e exacção nas ideas, aptidão infallivel para comprehender as connexões ou relações de cousas aparentemente mui remotas, taes foram os preciosos dons que a natureza lhe concedeu. Tinha prodigiosa memoria; bastava-lhe ler uma obra de physica ou de chimica para conservar de cór a nomenclatura, indicar os processos praticos, e dar a rasão das experiencias. Todavia considerava a memoria como faculdade de ordem inferior, sobretudo quando não é acompanhada de são juizo.

Com effeito, Kant possuia um juizo recto em grau subido. Lêde as suas *Tres Criticas*; seguiu-o na analyse que nos dá do sentimento do bello e do sublime, na correlação que estabeleceu entre o sentimento do sublime e o da dignidade moral do homem: seguiu-o sobretudo quando se eleva ás grandes contemplanções da natureza para nos revelar depois a Causa suprema, *Deus*. Em tudo isto que perfeita concordancia! Como se ligam as suas ideas em ordem luminosa, e se confirmam e corroboram mutuamente!

Sendo homem de talento, Kant era ao mesmo tempo homem de bem na rigorosa accepção desta palayra; reflectia-se, como em espelho, a sua vida

nos seus escriptos: ninguem era mais inimigo da mentira, ninguem professava odio mais vigoroso contra a lisonja e a vileza. Amava do coração, e a sua amisade era sincera e desinteressada. A rigida observancia dos deveres moraes não degenerava na sua pessoa em bravia austeridade; pelo contrario, considerava o decoro social, a urbanidade e a graça da conversação como parte integrante da moral. As qualidades agradaveis na sociedade reunia Kant uma particular delicadeza de gosto litterario, que devia a ter cultivado a litteratura amena: preferia entre os poetas alemães Klopstock e sobretudo Wieland; tambem era apaixonado de Pope: e os seus prosadores mais válidos eram Hume, Gibbon, Robertson, Montesquieu, e J. J. Rousseau.

Kant era regularissimo na distribuição dos trabalhos e emprego do tempo; nunca faltou ao curso que ensinava: sem livros e meramente com simples notas discorria por uma maneira sempre clara e exacta, e ás vezes picturesca. Logica, metaphysica, geographia e physica eram a base do curso: mas os esforços deste professor celebre tendiam sempre a inspirar e propagar os principios moraes, e neste mister frequentemente se mostrava orador persuasivo. A sollicitude com que tratava os discipulos era inteiramente paternal: e da sua escola sahiram muitos homens insignes que illustraram a Alemanha. Largou a cadeira em 1797 para se dar ao trabalho de dispor e organizar a riqueza de materias scientificas que colligira durante longos annos d'ensino. A Europa perdeu nelle o maior philosopho do seculo passado aos 12 de Fevereiro de 1804.

DA ORATORIA OU ELOQUENCIA.

2.º

Os ELEMENTOS da oratoria podem reduzir-se a tres divisões geraes: *invenção*, *disposição*, *elocução*; estas pertencem propriamente á materia do discurso; é costume juntar-lhes outros requisitos, que são pessoais do orador, como a *memoria* para decorar, a *pronunciação* ou *declamação* para recitar, e o *gesto* ou *acção* para acompanhar a enunciação do discurso com gestos proprios e significativos. A *invenção* diz respeito aos pensamentos, fundamento do discurso; a *disposição* ao modo e melhor ordem de os arranjar na oração; a *elocução* á escolha e acomodada collocação das palavras.

Alem das observações communs que se podem fazer sobre qualquer *sujeito*, ha ideas adequadas peculiarmente á disposição e elucidiação de cada *sujeito* especial, e entre estas umas são mais proprias que outras para o fim proposto: é obrigação do orador o descobri-las, e a esse descobrimento se chama *invenção*. Onde se requerem argumentos, devem adduzir-se os mais fortes; onde se appresentarem objecções é forçoso refuta-las; onde convier a declamação não se devem ommittir os incentivos mais adaptados a excitar as paixões e encaminha-las a favor da causa que o orador advoga. Os rethoricos gregos especificaram sob o titulo geral = *invenção* = uma grande variedade de particularidades destinadas para servir de auxilio ao orador, fosse qual fosse a materia em que empregasse a sua eloquencia: chamavam-lhes *topicos* [os *logares* de Cicero], e os dividiam em internos ou *logares communs*, e em externos ou *testemunhos* e *auctoridades*. Os *topicos* internos nascem do *sujeito* ou *assumpto* do discurso: Cicero e Quintiliano numeram dezeseis e são os seguintes: = *Definição*, que explana a natureza de uma cousa; *enumeração* que explica e divide as diversas partes

da mesma cousa; *notanda* ou *sentido* que dá a significação das palavras. Estes tres *logares communs* comprehendem *toda a cousa* a que se referem: os treze restantes dizem respeito a *propriedades*, *circumstancias*, &c. — a saber — o *genero* comprehendem varias especies de cousas de diferentes qualidades; e a *especie* todos os individuos da mesma qualidade. Os *antecedentes* são cousas que, sendo admitidas, implicam a necessaria ou provavel existencia de outras. Os *adjunctos* são qualidades adventicias das cousas ou circumstancias connexas com ellas, não necessariamente. As *conjugadas* são palavras que teem uma origem commum com outras. A *causa* é o porque alguma cousa existe: *effeito* é o que procede da causa. *Contrarias* são cousas tão distinctas entre si que o que de umas se affirma se nega de outras. *Oppostas* são cousas que, posto que repugnem umas ás outras, não são directamente contrarias. *Similhança* ou *dissimilhança* são a concordancia ou discordancia das cousas em qualidade: a *comparação* descreve as contrariedades ou parecenças n'outros particulares, como quando se compara uma cousa com a sua igual ou com outra maior ou menor. Estes *logares communs* estão hoje um tanto desacreditados; e muitos escriptores os denominam e interpretam como lhes apraz; cremos piamente que os insignes oradores attendem pouco na pratica a estes auxilios rethoricos, no rigor das regras; contudo talvez que não sejam de todo insufficientes para o ensino da arte.

Os *topicos* externos ou *testemunhos* tomam-se de fóra do *sujeito*; e ou são divinos ou humanos: os primeiros destes, estabelecidos claramente, bastam para determinar a questão; os segundos reduzem-se a tres, obras escriptas, *testemunhas* e *contractos*.

Os rethoricos antigos prestavam grande attenção ao que elles chamavam os *estados* de uma controversia, ou os pontos capitais da questão: Cicero os comprehendeu todos nas indagações da existencia da cousa, do que esta é, e do como existe. Daqui os tres *estados* de conjectura, de definição, e de qualidade, que o Sr. Freire de Carvalho explica no cap. 6.º do seu compendio, *Lições d'eloquencia nacional*.

Segundo aquelles rethoricos a tres se reduzem os generos de eloquencia: *demonstrativo*, que serve para louvar ou vituperar; *deliberativo* para persuadir ou dissuadir, e *judicial* para accusar ou defender no foro. É porem defeituosa esta divisão pelas razões que podem ler-se no citado compendio; a oratoria moderna reduz-se igualmente a tres generos, mas que se denominam: *eloquencia das assembleas populares*, chamada por alguns *da tribuna*; a *forense* ou das assembleas civis; e a do *pulpito* ou das assembleas ecclesiasticas: cada uma destas divisões, exactas e que distinguem claramente as materias, tem seu caracter e regras particulares.

Reunidos os materiaes com que se ha-de levantar o edificio oratorio, resta o pô-los em seu devido lugar. Os pensamentos podem ser excellentes e adequados ao *sujeito*, mas se forem appresentados sem nexo e confusamente, difficil será perceber a sua exacta applicação, e perderão muito da sua força. Entra aqui portanto o segundo elemento da arte rethorica, que é a *disposição*, concernente á recta distribuição das ideas: é necessario que estas se vão succedendo umas ás outras n'uma serie natural, e que o orador prosiga das de menor para as de maior importancia. Deve haver todo o cuidado em evitar inconsequencias, e em que as cousas de pouco momento não desviem a attenção dos ouvintes escurecendo as mais graves e importantes.

Os mestres da arte differem no assignar as partes

de que qualquer discurso regular se compõe. Adoptamos a divisão em quatro essenciaes e distinctas: *Exordio*, que dispõe e prepara os ouvintes para escutarem favoravelmente o orador, e por isso facilita a este o conseguir o seu fim: *narração*, logo immediata, que informa o auditorio da materia do discurso: segue-se a *confirmação* incluindo a refutação, em que se allegam as provas da doutrina enunciada, e se combatem e desfazem as objecções: por ultimo a *peroração* ou *conclusão*, que remata o discurso, na qual se recapitula o assumpto já desenvolvido para ficar bem impresso na memoria dos ouvintes, e se empregam as provas moraes para excitar os affectos, a fim de mover as vontades a quererem aquillo mesmo de que os entendimentos estão convencidos pelas razões expendidas na confirmação.

Convem observar que a *disposição oratoria* é a competente distribuição dos pensamentos, quer no geral do discurso quer em cada uma de suas partes, accommodada sempre ao fim proposto: mas que a feliz applicação dos preceitos estabelecidos neste ponto depende principalmente do talento e estudo do orador e do perfeito conhecimento do assumpto; porque é forçoso accommodar as divisões e subdivisões do discurso ás circumstancias particulares do logar, do tempo, do auditorio &c. Ha casos em que será conveniente levar seguida a narração, outros em que deve partir-se, ou começar do meio ou do fim do acontecimento que se ha-de referir, outros em que na confirmação o orador principiará pelos pontos em que se fundamenta, outros em que lançará primeiro mão dos que estabeleceu o seu adversario a fim de os combater, e até ha casos em que é proficuo appresentar logo as próvas mais fortes. Emfim uma celebrada catilinaria de Cicero, que os estudantes bem conhecem, nos dá um exemplo de começar a oração *ex abrupto*, logo com uma energia e vehemencia, que n'outras circumstancias o orador reservaria para outra parte do seu discurso. Já se vê quão difficil é o nobre mister de orador, e quão digno d'apreço quem o sabe cabalmente desempenhar!

A *elocução*, terceiro elemento oratorio, e que diz respeito á linguagem e ao estilo, é dos mais difficéis, porque suppoem o conhecimento do idioma, em que o orador ha-de fallar, e o da linguagem das paixões, que se aprende unicamente por mui aturada e miuda observação dos homens e das causas moraes que nelles influem e os arrebatam e decidem. A elocução em todos os tratados de rethorica occupa largo espaço, porque não só abrange a pureza, clareza, correcção e boa collocação das palavras e phrases, como tambem os innumeraveis ornatos do discurso e figuras oratorias: mas para o nosso intento diremos simplesmente que esta parte (1) da eloquencia comprehende a *elegancia*, a *composição* e a *dignidade*. A elegancia consiste na pureza das palavras e perspicuidade da phrase. É necessario evitar todos os termos grosseiros, torpes, obsoletos ou estrangeiros, porque desagradando aos ouvintes se oppoem ao objecto da oratoria. A clareza é requisito essencial, porque sem ella o orador será mui parcialmente entendido, isto é só por poucos, e não poderá por consequencia esperar o effeito geral e completo a que aspira. A composição acode com as regras para a formação dos periodos e sentenças, incluindo tambem os preceitos do *numero* ou *medida* das palavras e syllabas; ainda que esta ultima condição seja exigida pela recta pronunciação, que muitos collocam em o numero das partes integrantes da eloquencia.

(1) Tão importante é que de *elocução* se originou a palavra eloquencia, dada á disciplina de que neste artigo tratamos.

A dignidade consiste no uso proprio dos tropos e figuras. Os tropos são mudanças de palavras ou de orações da sua significação propria para outra, afim de que resulte por isso força ou belleza ao discurso. Nas varias classes delles entram, (por ex.) a allegoria, a metáphora, a ironia, o epitheto, a periphrase, &c. &c. As figuras oratorias ou são de pensamentos ou de palavras. O orador deve ser parco no emprêgo destes ornatos, e usar só dos que naturalmente nascem do assumpto. Estylo é "a fórma geral da elocução, que predomina em toda uma obra ou em parte della, e que resulta de certa especie de pensamentos e da escolha e collocação das palavras, conveniente á materia de que se trata." (2) Generalizando, limitar-nos-hemos a distinguir o estylo em familiar, mediocre ou elegante, e sublime; porque estes termos designam sufficientemente o caracter de cada uma destas tres especies: todas ellas podem entrar com propriedade na mesma oração; e não convirá que uma só reine em todo o discurso, muito menos se este fôr extenso, porque então o familiar póde degenerar em trivial, o elegante em insipido; e o sublime exige um esforço que só póde sustentar-se por tempo breve; e a final qualquer delles fatiga o ouvinte, distrahe a attenção, e perde-se o fim da oratoria. Na escolha do estylo deve o orador determinar-se pela natureza do assumpto e pelo caracter do auditorio; e ainda assim é obrigado a emprega-lo e a varia-lo conforme as diversas partes do discurso analogamente á materia de cada uma, e ás particularidades e muitas circumstancias, que nos tratados especiaes da eloquencia se acham dinumeradas. Todos podem avaliar que seria ridiculo usar de linguagem elevada em materia commum e familiar, como seria digno de censura empregar expressões triviaes e rasteiras para tratar assumptos nobres: da mesma maneira não se ha-de fallar perante uma assemblea respeitavel e erudita como se fallaria a um auditorio chão e illiterato. Já se vê o quanto é importante a conveniencia do estylo, porque deste requisito depende em grande parte o exito feliz e cabal effeito d'um discurso: e até porque o geral dos homens attendem mais á fórma do que á substancia. Não omitiremos tambem que a memoria, a graça e propriedade da declamação e dos gestos são valiosos soccorros para um perfeito orador conseguir o seu fim.

Parece que nos tempos modernos reputam a eloquencia mais como um dos raros dotes da natureza do que como fructo da arte: pode ser que para isto contribuisse de algum modo, alem d'outras causas, a diffusão das opiniões e argumentos por meio da imprensa; porque o orador é commummente mais conhecido do publico pelo discurso escripto do que pelo recitado, e as mais das vezes lhe *convem mais ser lido do que ser ouvido*. Comtudo, diremos que se o eloquente por dom natural não cultivar este excellento attributo acontecer-lhe-ha como ao que tem boa voz e despreza a cadencia e preceitos da musica, que enleva por um instante, mas cedo enfada os ouvintes.

BREVES REFLEXÕES SOBRE OS DUELLOS.

É INDUBITAVELMENTE generoso o pensamento da suppressão da pena de morte e de que se deixe unicamente ao creador o direito de tirar a vida á creatura. Não póde o homem, sem penoso sentimento,

(2) O Sr. Freire de Carv. *Liq. elem.* cap. 22.º Neste capitulo se acha desenvolvida a melhor doutrina no que respeita a estylo oratorio. O capit. 24.º é digno de estudar-se (como todo o compendio) porque nelle se estabelecem as regras geraes de cada um dos generos de eloquencia.

ver a destruição do seu semelhante, e ao aspecto, á simples idea d'um supplicio, quasi que desaparece o temor bem fundado dos males que causaria a impunidade do crime. O legislador, o juiz peza maduramente o resultado de mui elevadas e importantes considerações sobre a ordem social primeiro que se determine a fazer ou applicar uma lei, que ainda ao mais cruel parece dura. O mancebo dotado d'alma sensível, que submete a sua razão ainda pouco desenvolvida á violencia dos sentimentos, acolhe avidamente a theoria brilhante e generosa, que levada á pratica sumirá para sempre o odioso espectáculo do cadafalso; e no extase de seus pensamentos philanthropicos exclama « não deve o homem riscar do livro da vida outro homem, não lhe cabe o tomar do criminoso a estrondosa e terrível vingança, que priva o infeliz da liberdade do futuro arrependimento; deixemos ao Supremo Senhor e á sua justiça eterna tão formidável direito; satisfaça-nos o podermos evitar que o homicida reincida no crime; separemo-lo da sociedade.»

— «Porem, dirá o homem cordato e de madura razão e experiencia, querendo salvar um culpado ides expor mil innocentes; só o temor da morte é freio poderoso contra o crime, tirai-lh'o e vereis como este propaga as suas devastações.» — Mas esta reflexão é nulla para o mancebo, pertinaz em poupar o seu semelhante, e que se indigna ao pensar n'uma destruição prematura que aterrorisa a humanidade. Comtudo, singular contradicção! esse coração tão sensível, esse entendimento tão recto e illustrado não quer confessar que o duello é um homicidio, porque tira a vida a um homem, e persiste afirmando que uma injuria leve, que uma palavra aspera merecem a morte com mais justiça que um assassinio barbaro reflectidamente commettido: não póde supportar a vista d'um cadafalso, mas irá sem escrupulo embeber o ferro d'uma espada no peito d'um amigo por um mero capricho, verá saltar o sangue da ferida e só então lhe perdoará. . . . Perdoará! mas perdoar-lhe-hão a mãe ou a esposa do morto no auge da sua desesperação? E perdoará a si mesmo o proprio mancebo que até aquella hora malfadada fôra tão virtuoso e sensível, e que desde então se vê tão culpado, tão inhumano, tão inconsequente nos seus pensamentos? E a sua razão será advogado tão eloquente que o absolve no supremo tribunal da consciencia propria, perante o qual as preocupações, os falsos pundonores são julgados com tamanha severidade, e que resolve com tanto vigor e simplicidade as questões, por mais intrincadas que sejam pelos esforços da má fé. — Tu déste morte ao teu semelhante, lhe dirá aquelle juiz inflexível, tu és criminoso e barbaro. . . .

— Barbaro eu! Eu, que me compadecia dos infelizes, que soccorria os indigentes: eu, que tanto me commovia vendo o misero réu na presença da justiça: eu, que exporia a vida para salvar do perigo qualquer homem! . . . — Tu, talvez sem o saberes, a teu despeito. . . Tu, desgraçado mancebo, que tomaste por verdadeira honra o orgulho, e pela razão a preocupação: talvez que fosse a tua alma inclinada á indulgencia; ser-te-ia grato o perdoar; mas alguém te dissera que o perdoar era fraqueza e cobardia; e a virtude das almas magnanimas, o difficil e por isso mais generoso esquecimento das injurias, que Deus te introduziu no coração, repudiaste-a: a moda a desterrou do teu coração, e com ella tambem desterrou a paz de espirito, a ventura. . . — Mas que faria eu? . . . Passar por fraco, medroso da morte e insensível ás injurias? . . . — Não; mas passarias por um homem, que receia manchar suas

mãos innocentes, por um homem senhor de si, que sabe submeter as suas paixões ao jugo dos deveres, que tem ressentimento das injurias, mas animo para as perdoar, por um homem finalmente que perderia a vida para salvar outro homem ou para defender a patria, mas que se não julga auctorizado para tirar a vida ao seu semelhante por caprichos ou frivolidades. — Todavia a minha vida, que eu prezo, estava tão exposta como a do meu adversario. . . — E verdade, mas essa vida é tua? . . Não a deves ao Creador que te deu a existencia? De quando ha que o homem tem sobre si mesmo o direito de vida e morte? A tua alternativa no duello era ou um suicidio ou um assassinio: dois crimes, ambos voluntarios e premeditados! Que foi feito da tua religião, da fé na crença de teus pais, nas verdades augustas e consoladoras do christianismo! — Ah não; eu era christão, cria em melhor vida alem do tumulto, nas recompensas da virtude: a minha religião mandava que perdoasse, mas o mundo queria que me vingasse, e o mundo triumphou. . . — Fatal triumpho! funesta preocupação! Desgraçado do homem que submettes ao teu imperio! Pertende o miseravel ser cordato e não passa de insensato; quebranta as mais sagradas leis da religião e da humanidade, e para conservar a honra perde a virtude, sem a qual não póde haver honra!

FATALIDADE.

A MORTE prematura e desgraçada que tiveram muitos escriptores da antiguidade é summamente notavel. Menandro morreu affogado no Pireu; Eurípidés e Heráclito foram despedaçados por uma matilha de cães; Empédocles precipitou-se na cratera do Etna; Hesíodo acabou a vida ás mãos de um assassino; Archíloco e Ibico foram mortos por um bando de salteadores; a celebre Sapho despenhou-se de uma rocha; Eschyles foi morto por uma tartaruga despedida das garras de uma ave de rapina; Anacreonte [ainda que não foi o unico no seu genero] levou-o uma tremenda borracheira; Cratino e Terencio acabaram em um naufragio; Seneca foi condemnado á morte por um tyranno; Lucrecio falleceu em um frenesi de amor; Socrates e Demosthenes foram envenenados; Cicero morreu degolado.

QUANDO D. Luiz de Menezes, 3.^o conde de Tarouca, foi por governador de Tanger, ao embarcar do fato lhe furtaram a pouca prata que tinha para seu serviço, e recahiram as suspeitas, bem ou mal fundadas, do roubo, em um creado de D. Thomaz Jordão de Noronha, fidalgo mui pobre, e com quem o conde, que tambem não era rico, tinha amizade. Escreveu-lhe D. Thomaz para Tanger, e dizia assim a carta: *Por aqui se diz que furtaram a V.^a S.^a a sua prata, e dão a um creado meu por auctor do furto; se foi grande o damno que V.^a S.^a recebeu do successo, o sentimento que delle me coube não é menor; mas acho eu que deste mal tamanho resultou um bem para ambos com que nos podemos consolar; e foi saber-se que tinha V. S.^a prata e que eu tinha creado.*

D. FRANCISCO, conde de Vimioso, dizia que o conversar com um nescio não era outra cousa mais que por-se um homem a tirar palha d'uma albarda.

Era sentença do mesmo fidalgo: — que o merecimento sendo heroico extinguiu a inveja, e sendo mediocre a accendia; porque a inveja é semelhante ao fumo que se dissipa quando a chamma é mais lusida.